



## **Um Balanço da Discussão sobre Ensino na Associação Brasileira de Antropologia**

*Amurabi Oliveira<sup>1</sup>*

### **Resumo**

O ensino de antropologia sempre foi uma preocupação constante no Brasil no processo de institucionalização desta ciência, ainda que bastante centrado no ensino superior, o que pode ser verificado através das ações da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) desde sua gênese. Proponho-me neste artigo realizar uma breve análise do debate sobre ensino de Antropologia no Brasil a partir de uma descrição das atividades do Grupo de Trabalho “Ensinar e Aprender Antropologia”, cujas atividades ocorreram durante as duas últimas reuniões brasileiras de Antropologia. Trata-se de uma reflexão inicial através do balanço desse GT, mas que nos possibilitar pensar a direção que essa discussão tem assumido.

**Palavras-Chaves:** Ensino de Antropologia; Formação Antropológica; Antropologia da Educação.

## **A Balance of the Discussion on Teaching at the Brazilian Association of Anthropology**

### **Abstract**

The teaching of anthropology has always been a constant concern in Brazil in the process of institutionalization of this science, although it is highly focused on higher education, which can be verified through the actions of the Brazilian Association of Anthropology (BAA) since its genesis. I propose in this article to carry out a brief analysis of the debate about teaching Anthropology in Brazil from a description of the activities of the Working Group "Teaching and Learning Anthropology", whose activities took place during the last two Brazilian Anthropology meetings. This is an initial reflection through the balance sheet of this WG, but that allows us to think the direction that this discussion has assumed.

**Keywords:** Teaching Anthropology; Anthropological Formation; Anthropology of Education.

---

<sup>1</sup> Licenciado e Mestre em Ciências Sociais (UFCEG), Doutor em Sociologia (UFPE). Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atuante em seu Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Pesquisador do CNPq.

## Introdução

As recentes transformações no campo educacional, que inclui a própria expansão do ensino superior, a universalização do acesso à educação básica, bem como, a reintrodução da Sociologia no currículo do Ensino Médio brasileiro, tem deslocado continuamente a questão do ensino para o centro das discussões das associações científicas de Ciências Sociais no Brasil, por mais que este tema não ocupe ainda um lugar central na agenda de pesquisa de tais ciências.

A criação da Comissão de Ensino de Sociologia junto à Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) representou um primeiro esforço nessa direção, assim como o advento do Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica (ENESEB), e posteriormente da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS). A criação do mestrado profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio na Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), também representa um avanço significativo na maturação do debate acadêmico sobre ensino de Ciências Sociais no Brasil, bem como a criação do ProfSocio<sup>2</sup>.

Volto-me no presente artigo para um balanço sobre a discussão do ensino junto à Associação Brasileira de Antropologia (ABA), cujo fio condutor será a partir das duas últimas edições de suas reuniões bianuais, a 29ª cujas atividades ocorreram entre 3 e 6 de agosto de 2014 na cidade de Natal – RN, e a 30ª que ocorreu entre os dias 3 e 6 de agosto de 2016 na cidade de João Pessoa – PB. Tomo essas duas reuniões como base empírica de minha análise uma vez que encontramos nelas duas edições consecutivas do Grupo de Trabalho (GT) “Ensinar e Aprender Antropologia”.

Para uma melhor compreensão das questões que pretendo discutir neste artigo realizarei duas breves digressões, uma sobre o processo de institucionalização do ensino de Antropologia no Brasil, especialmente no ensino superior, e outra sobre como a discussão sobre o ensino se coloca na ABA. Notadamente ambas as discussões demandariam uma análise mais aprofundada, mas devido ao foco e limites desse trabalho apenas abordarei de maneira breve ambos os tópicos.

---

2 Trata-se de um mestrado profissional já aprovado pela CAPES voltado para professores de Sociologia que atuam na Educação Básica, será estruturado em rede e abarcará nove instituições como a FUNDAJ, Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual Paulista (UNESP/MAR), Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual do Vale do Acaraú, Universidade Federal de Campina Grande, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Vale do São Francisco.

## Breve Histórico da Institucionalização do Ensino de Antropologia no Brasil

O campo das chamadas Ciências Sociais configura-se hoje no Brasil a partir de uma articulação entre Antropologia, Ciência Política e Sociologia, todavia, é importante lembrar que nem sempre houve esse desenho acadêmico, e ainda que a compreensão de “Ciências Sociais” em outros países tende a ser mais ampla que essa que temos atualmente no Brasil, abrangendo, sobretudo, a História e a Geografia. Como indica o trabalho de Meucci (2015) no curso de Ciências Sociais da Universidade do Distrito Federal, que veio a ser o terceiro curso criado no Brasil nessa área<sup>3</sup>, havia as habilitações para o bacharelado e para a formação de professores, nas quais o aluno poderia optar por três diferentes menções: História, Geografia ou Sociologia.

No caso do curso de Ciências Sociais da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, havia um diálogo mais enfático com a Antropologia, ainda que ganhasse destaque também aquele com a Economia e a História, o que nos leva a inferir que é um anacronismo olhar para os primeiros cursos de Ciências Sociais e buscar a mesma articulação disciplinar que temos hoje. Em todo caso, foi junto a estes cursos que, em grande medida, realizou-se o processo de institucionalização do Ensino de Antropologia no Brasil<sup>4</sup>, não apenas através dos cursos de graduação, como também através da orientação de teses nessa área.

Peirano (2000) chega mesmo a afirmar que a Antropologia surge no Brasil como “costela” da Sociologia, sendo esta a ciência social hegemônica quando surgem os primeiros cursos de Ciências Sociais.

Ao que me parece havia um considerável hiato entre o diálogo que se estabelecia entre a Antropologia e a Sociologia no ensino superior e o que ocorria na realidade escolar, pois os primeiros cursos de Sociologia lecionados nas escolas secundárias estabeleciam um diálogo mais intenso com outras disciplinas<sup>5</sup>, como a História, que com a Antropologia, o que tende a refletir o grau de desenvolvimento e institucionalização destas ciências neste período.

Acredito com isso que esse cenário acabou delineando um parco diálogo entre a Sociologia e a Antropologia na realidade escolar, o que fora aprofundado com o processo de

---

3 O primeiro curso de Ciências Sociais no Brasil foi criado em 1933 junto à Universidade de São Paulo, o segundo em 1934 na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, e o terceiro junto à Universidade do Distrito Federal em 1935.

4 Destaca-se também o relevante papel dos museus no processo de institucionalização da Antropologia no Brasil, sem embargo, estes não seriam instituições de ensino, preocupadas no processo de formação de quadros de profissionais do ensino superior em determinada área do conhecimento.

5 É a partir da década de 1920 que temos um processo de institucionalização da Sociologia nas escolas brasileiras, ainda que haja experiências pontuais anteriores.

retirada da Sociologia dos currículos escolares com a Reforma Capanema em 1942, ainda que se deva ressaltar que havia experiências de ensino de Antropologia em Escolas Normais, como disciplinas de Antropologia Pedagógica, mas estas, em grande medida dialogavam mais com certa tradição da Antropologia Física e/ou Biológica, cuja presença nos cursos de Ciências Sociais era menor que da Antropologia Social e Cultural (OLIVEIRA, 2013).

Nesta direção, falar do desenvolvimento do ensino da Antropologia no Brasil é falar, sobretudo, do ensino no ensino superior, inicialmente nos cursos de graduação e posteriormente nos de pós-graduação.

Para Roberto Cardoso de Oliveira (2003) a história da Antropologia Brasileira divide-se em três períodos, o primeiro seria o “heroico”, quando não havia ainda se institucionalizado essa ciência, o segundo seria o “carismático”, quando alguns intelectuais conseguem agregar em torno de si e de seus projetos jovens pesquisadores, sendo este um período de transição. E por fim, haveria o “burocrático”, no qual:

(...) se *rotiniza* o carisma daquelas lideranças e de outras similares, e em seu lugar surgem novas formas de divisão do trabalho da disciplina, imbuídas de uma preocupação de estabelecer *organizações* (os Programas de Pós-Graduação) que “racionalizassem” os projetos de formação avançada em Antropologia e onde a pesquisa passasse a ser condição imprescindível ao adestramento de qualquer antropólogo (OLIVEIRA, 2003, p. 113).

Com a Reforma Universitária de 1968 este cenário aprofunda-se ainda mais, com a criação dos primeiros Programas de Pós-Graduação em Antropologia no Brasil no modelo próximo ao que conhecemos hoje<sup>6</sup>. É a partir de tal espaço institucional que se cria a possibilidade de uma formação acadêmica específica no campo da Antropologia, bem como de um ensino exclusivamente voltado para esta ciência.

Em período mais recente, a partir dos anos 2000 passou a haver um processo de criação de graduações específicas em Antropologia, ou ainda em Antropologia e Arqueologia<sup>7</sup>. Em alguns casos perdura um diálogo bastante intenso com as demais “Ciências Sociais”, em outros

6 Os primeiros Programas de Antropologia criados foram os do Museu Nacional (1968), Universidade Estadual de Campinas (1971) e da Universidade de Brasília (1972). Atualmente há 27 Programas em funcionamento nessa área.

7 Atualmente no Brasil existem 12 cursos de graduação em Antropologia em funcionamento junto à Universidade Federal do Amazonas, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Roraima, Universidade Federal do Vale do São Francisco, Universidade Federal da Integração Latino Americana, Universidade Federal da Integração Luso Afro-Brasileira (em dois campi), Universidade Federal do Oeste do Pará.

esse diálogo se dá de forma mais residual, ou mesmo inexistente em termos de organização curricular.

Notadamente com o processo de consolidação da institucionalização da Sociologia na Educação Básica, cujos documentos de referência fazem continuamente alusão ao fato de que no Ensino Médio os conteúdos dessa disciplina devem abarcar também os da Antropologia e da Ciência Política, tem havido um crescente interesse em discutir a presença do ensino da Antropologia neste espaço institucional, como podemos perceber inclusive com a maior presença de antropólogos entre os autores de livros de Sociologia que concorreram ao segundo edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

## **A Discussão sobre o Ensino na ABA**

Dentre as associações científicas no campo das Ciências Sociais que temos no Brasil a ABA é a mais antiga<sup>8</sup>, cuja primeira reunião ocorreu em 1953 no Museu Nacional, ainda que sua fundação de fato tenha ocorrido em 1955 na segunda reunião que ocorreu em Salvador. Entretanto, uma Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) já estava sendo planejada desde o início do ano de 1948, quando o Ministro da Educação e Saúde designou, por meio de portaria datada de 20 de fevereiro daquele ano, uma comissão integrada por Álvaro Fróes da Fonseca, Edgard Roquette Pinto, Arthur Ramos e Heloisa Alberto Torres, para planejar o “Primeiro Congresso Brasileiro de Antropologia”.

Publicações como *Problemas de ensino na antropologia* de Egon Schaden, publicado em 1954 e *Possibilidades de exercício de atividades docentes, de pesquisa e técnico profissionais por antropólogos no Brasil* de Mário Wagner Vieira, publicado em 1955, demonstram que a questão do ensino ocupou parte significativa da agenda dos antropólogos no processo de institucionalização dessa ciência no Brasil.

Ainda que as preocupações concernentes ao ensino tenham se feito presentes continuamente na ABA (GROSSI, 2006), apenas em 2006 é que foi criada uma “Comissão de Ensino de Antropologia”, posteriormente transformada em comissão de “Educação, Ciência e Tecnologia”. A data de criação da comissão não é mero acaso, pois coincide com o advento dos primeiros cursos de Antropologia no Brasil, portanto, tal comissão acaba por surgir fortemente

---

8 Em 1941 foi fundada a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia por Arthur Ramos, entretanto essa associação manteve suas atividades apenas até 1949. Para uma melhor análise das atividades dessa associação vide Azeredo (1986).

vinculada às preocupações do ensino de Antropologia universitário, especialmente aquele desenvolvido junto aos cursos de Antropologia.

De forma relativamente espaçada, pode-se dizer que a discussão sobre ensino, ou sobre educação de forma mais ampla, sempre se fez presente nas discussões da ABA, através de Grupos de Trabalho, Mesas Redondas e Simpósios Temáticos, em que pese a presença pontual de antropólogos que pesquisam educação em Programas de Pós-Graduação na área (OLIVEIRA, BOIN, BÚRIGO, 2016). Segundo Chianca (2011), os pioneiros da Antropologia no Brasil adiantaram duas das principais questões contemporâneas para esta disciplina: o exercício profissional e o ensino. Ainda segundo a autora:

Ora, se a antropologia recebeu em meados dos anos 1960 uma primeira institucionalização pelo Conselho Federal de Educação, quando foram reformuladas as regras da pós-graduação no Brasil, foi nesse período também que “caíram” as cátedras das disciplinas e foram criados os Departamentos e Institutos como unidades didático-administrativas. Assim, data do final dos anos 1960 e do início dos anos 1970 a formação dos primeiros programas de pós em antropologia no país.

Estendendo-se ao longo desses quase 50 anos, é sobretudo nos anos 1980 - e mais ainda nos anos 1990 -, que o debate sobre o exercício profissional dos antropólogos se acirra. Examinando os títulos dos artigos nas duas coletâneas acima referidas, pode-se concluir como os problemas da antropologia brasileira se complexificaram. Além dos sempre renovados temas do ensino e da atuação profissional, revelam-se ali os problemas contemporâneos do nosso campo disciplinar, dos quais podemos citar a nossa internacionalização, as especificidades regionais e locais (onde se destacam o Nordeste e a Amazônia), mas também as questões relativas à nossa institucionalização, financiamento, avaliação e ensino de pós-graduação. (CHIANCA, 2011, p. 170).

Percebe-se, desse modo, que o debate sobre o ensino na ABA não é apenas uma questão residual, mas sim, central para pensar os dilemas da Antropologia brasileira contemporânea, não à toa em período recente a associação publicou ao menos duas coletâneas voltadas exclusivamente para este debate: *Ensino de antropologia no Brasil: Formação, práticas disciplinares e além-fronteiras* (2006) e *Experiências de Ensino e Prática em Antropologia no Brasil* (2010). Compreendo que com as mudanças que têm ocorrido no campo educacional de forma mais ampla, outras preocupações têm chegado à ABA, que inclui questões tão diversas quanto ações afirmativas no ensino superior, ensino de história e cultura afro-brasileira e mais recentemente o ensino das Ciências Sociais no Ensino Médio, o que ganhou visibilidade especialmente através da discussão sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

## **Balanco do GT “Ensinar e Aprender Antropologia”**

A proposta do GT “Ensinar e Aprender Antropologia” desdobra-se das discussões que vinham sendo desenvolvidas de forma mais amplas nos GTs que versavam sobre Educação nas RBA, debate este continuamente presente da ABA, ainda que de forma relativamente periférica (GUSMÃO, 2009). É importante demarcar que ainda no ano de 2013, durante a X Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM) houve a proposição de um GT sobre Ensino de Antropologia, cujas atividades também foram replicadas na XI RAM em 2015, e mais recentemente no V Congresso Latino Americano de Antropologia<sup>9</sup>. Esse movimento indica o desenvolvimento de uma preocupação posta na agenda acadêmica da Antropologia brasileira, e latino-americana de forma mais ampla, que tange ao ensino de Antropologia e à formação antropológica em diversas modalidades de ensino.

Na 29ª RBA o GT foi coordenado por Amurabi Oliveira e Ceres Brum (UFSM), estando o primeiro vinculado ao Programa de Pós-Graduação de Educação (PPGE) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e a segunda ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal Santa Maria (UFSM). Atuaram como debatedoras do GT as professoras Christina Rubim e Ana Rabelo Gomes, a primeira vinculada ao PPGCS da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e a segunda ao PPGE da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Esta dupla vinculação institucional dos coordenadores e debatedoras indica um elemento interessante da discussão: este é um debate de fronteira, situado entre o campo das Ciências Sociais e o da Educação. A ementa do GT naquele ano era a seguinte:

É notório que nos últimos anos a Antropologia tem expandido sua presença junto às mais diversas formações universitárias e não universitárias, bem como, tem havido no Brasil um incremento na formação de antropólogos em nível de pós-graduação e de graduação, sem que com isso tenha havido um debate profundo em torno do seu ensino, bem como das particularidades do aprendizado de ser antropólogo, em termos da aquisição teórica e metodológica. O processo formativo em antropologia passa, necessariamente, pelas relações entre ensino e aprendizagem, de modo que a discussão em torno de sua aquisição mostra-se fundamental para a própria compreensão dos rumos da Antropologia como ciência na atual conjuntura. O presente Grupo de Trabalho visa fomentar as problemáticas relativas as estas questões, voltando tanto para a formação de antropólogos como de “não antropólogos”, discutindo as diversas inserções da ciência antropológica em vários espaços

<sup>9</sup> Essas duas edições do GT na RAM foram coordenadas pelos professores Amurabi Oliveira (UFAL/UFSC) e Maximiliano Rúa (Universidade de Buenos Aires), tendo ocorrido as reuniões nas cidades de Córdoba – Argentina (2013) e Montevideu – Uruguai (2015). Na edição do Congresso Latino Americano de Antropologia o GT foi coordenado por Amurabi Oliveira (UFSC) e Laura Cerletti (Universidade de Buenos Aires), tendo ocorrido o evento na cidade de Bogotá – Colômbia.

formativos. Buscamos realizar uma reflexão em torno do lugar do ensino/aprendizagem da antropologia, bem como dos desafios postos a sua realização, e das fundamentações teóricas, epistemológicas e práticas que subjazem seu ensino, voltando para a formação de antropólogos (em nível de graduação e pós-graduação), cientistas sociais, profissionais da saúde, professores etc., bem como na educação básica. Este GT se baseia numa ampla interface entre a antropologia e ensino, visando abarcar os mais diversos trabalhos produzidos neste cenário.<sup>10</sup>

Há o indicativo, portanto, de que o GT longe de trazer preocupações exclusivas à formação antropológica, através dos cursos de graduação em Ciências Sociais e/ou Antropologia, abarcaria também o ensino de Antropologia em outras modalidades de ensino.

Ainda que a Educação em geral, e o ensino em particular, não seja central na agenda de pesquisa da pós-graduação em Antropologia no Brasil (OLIVEIRA, 2015), observa-se que houve uma intensa procura pelo GT, uma vez que ele teve o número máximo permitido de trabalhos aprovados para aquela edição da RBA, sendo 21 trabalhos distribuídos em três diferentes sessões, dos quais 18 eram apresentações orais e 3 painéis.

Predominou nesta edição do GT a discussão no Ensino superior, 13 trabalhos voltavam-se para o ensino de Antropologia nessa modalidade, ainda que em diferentes cursos, como de gênero e sexualidade, serviço social, turismo, gestão pública etc. Ganhou destaque nessa seara o ensino de Antropologia nos cursos de formação de professores, especialmente de Pedagogia, que foi objeto de reflexão em quatro trabalhos. O ensino nos cursos de Ciências Sociais também ganhou visibilidade, destacando experiências pedagógicas particulares.

Em que pese a centralidade na discussão do ensino em nível superior, oito trabalhos voltaram-se para a discussão sobre o ensino de Antropologia na Educação Básica, sete através da disciplina de Sociologia, e um sobre a disciplina de Antropologia, neste caso em uma Escola Normal. Observa-se com isso a ampliação do campo de reflexão da própria Antropologia, e a inserção de um debate até então restrito aos Congressos de Sociologia no maior evento brasileiro de Antropologia. Isso não implica em dizer que se apagam os limites de pensar a Antropologia desde a Sociologia, pois, ainda que os documentos de referência façam alusão a um ensino “interdisciplinar” entre as Ciências Sociais, aparentemente o que se observa na prática é um desenho assimétrico entre tais disciplinas.

A edição seguinte do GT contou com a coordenação dos professores Amurabi Oliveira e Rodrigo Rosistolato, o primeiro agora vinculado ao curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o segundo ao PPGE da Universidade Federal do Rio de

<sup>10</sup> Disponível em [http://www.30rba.abant.org.br/simposio/view?ID\\_MODALIDADE\\_TRABALHO=2&ID\\_SIMPOSI=30](http://www.30rba.abant.org.br/simposio/view?ID_MODALIDADE_TRABALHO=2&ID_SIMPOSI=30)



Janeiro (UFRJ). As debatedoras dessa edição foram as professoras Bernadete Berserra, do PPGE da Universidade Federal do Ceará (UFC), Ana Pires Prado do PPGE da UFRJ e Miriam Grossi, professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UFSC. Repetiu-se, portanto, na segunda edição a articulação entre coordenadores e debatedores vinculados às Faculdades de Educação aos Cursos de Ciências Sociais.

Novamente houve uma intensa procura pelo GT, intensificado pelo fato que nesta edição não havia nenhum outro Grupo que realizasse discussões no campo educacional. Foram aprovados 24 trabalhos, sendo 21 apresentações orais e 3 painéis

Houve um leve aumento dos trabalhos voltados para a discussão sobre o Ensino de Antropologia na Educação Básica, passando para dez trabalhos. Manteve-se, assim, a predominância da discussão sobre o ensino desta ciência no Ensino Superior, o que dista sensivelmente da tônica que o GT de Ensino de Sociologia apresenta no Congresso Brasileiro de Sociologia, fortemente assentado na discussão sobre o ensino na Educação Básica e perifericamente abarcando a discussão sobre o Ensino da Sociologia no ensino superior (OLIVEIRA, 2016).

Houve maior incremento das discussões no ensino superior, sendo trazidas experiências com a educação à distância, cursos na área de saúde, educação indígena etc. Isso reflete também as próprias mudanças pelas quais o ensino superior tem passado, com uma maior diversificação de sua oferta, ainda que isso não deva ser confundida com algo que leva mecanicamente a uma maior democratização de seu acesso.

Devido ao foco e limites desse trabalho não caberia aqui fazer uma esmiuçada análise dos debates desenvolvidos no GT, porém alguns pontos são dignos de nota enquanto pontos que perduraram nas duas edições do Grupo:

- a) O predomínio da discussão sobre ensino superior não implicou na elaboração, ainda que incipiente, de uma discussão sobre o ensino na pós-graduação, o que não deve ser compreendido como um reflexo de que não há dilemas pedagógicos nesse nível de ensino, compreendido como central no processo de reprodução dos quadros de professores no ensino superior (SANABRIA, 2005).
- b) Boa parte dos trabalhos apresentados não parte de pesquisas específicas sobre o ensino de Antropologia, mas sim, de reflexões desenvolvidas a partir de experiências particulares. Em algum grau, pode-se afirmar que há certa predominância dos chamados relatos de experiência nesse Grupo.

- c) Em consonância com a tendência mais ampla da Antropologia há uma vasta utilização da etnografia como ferramenta metodológica, que passa a ser utilizada tanto para descrever dinâmicas escolares, quanto para analisar os processos formativos vivenciados no ensino superior.
- d) Apesar do GT se propor a debater os processos de ensino e de aprendizagem da Antropologia, predominantemente a discussão centra-se no ensino, e apenas subsidiariamente na aprendizagem. Esse movimento pode refletir o próprio perfil dos pesquisadores que apresentam seus trabalhos, em sua maioria professores, imersos nos dilemas da formação profissional e pedagógica do antropólogo.

Acredito que tais questões nos possibilitam elucidar pontos relevantes sobre o debate atual do ensino de Antropologia no Brasil, pois, ainda que possamos indicar sutis mudanças – levando em consideração também que se trata de um GT bastante jovem – há tendências que têm se mantido e reproduzido certa tônica da discussão.

## **Considerações Finais**

Este trabalho buscou apresentar, ainda que de forma bastante sucinta, o tom do debate sobre o ensino de Antropologia no Brasil, tomando como fio condutor o GT “Ensinar e Aprender Antropologia”, cujas atividades têm ocorrido junto à ABA.

Não obstante, nestas duas últimas edições da RBA também houve Simpósios Especiais promovidos pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da ABA que tocaram esta questão. Durante a 29ª Reunião, houve o Simpósio “O Ensino de Antropologia: expandindo fronteiras no século XXI”, que contou com duas sessões, e na 30ª Reunião ocorreu o Simpósio “Políticas de Formação e Produção do Conhecimento: cenários e desafios para a antropologia e educação”, também com duas sessões.

Acredito que a centralidade da discussão sobre o ensino de Antropologia no nível superior é reflexo da própria história de institucionalização desta ciência no Brasil, que se deu fortemente articulada aos cursos de graduação e pós-graduação, ganhando novo fôlego com a criação das graduações em Antropologia nos anos 2000.

A discussão envolvendo o ensino de Antropologia na educação básica ainda é inicial, porém, devemos estar atentos ao fato de que ela não se restringe ao debate sobre a presença

desta ciência por meio da disciplina de Sociologia, mas também através do ensino de história e cultura afro-brasileiras e indígenas, temáticas centrais no desenvolvimento da própria Antropologia Brasileira (PEIRANO, 2006).

Esta reflexão inicial, portanto, mais que fechar questões busca lançar desafio para que oxigenemos esta discussão, trazendo novas reflexões sobre o ensino de Antropologia em diversas modalidades de ensino, problematizando o próprio lugar desta ciência no mundo contemporâneo a partir de sua prática pedagógica.

## Referências

AZEREDO, Paulo Roberto. *Antropólogos e Pioneiros: a história da sociedade brasileira de antropologia e etnologia*. São Paulo: EDUSP, 1986.

CHIANCA, Luciana. Formação e “Cultura da Avaliação”: Dilemas e possibilidades da antropologia na pós-graduação. *Revista Política & Trabalho*, s/v, n. 35, p. 169-186, 2011.

GROSSI, Miriam Pillar. Pós-graduação, graduação e especialização: novas demandas de formação em antropologia. In: GROSSI, Miriam Pillar; RIAL, Carmen; TASSINARI, Antonella (Org.). *Ensino de antropologia no Brasil: Formação, práticas disciplinares e além-fronteiras*. Florianópolis: Nova Letra, 2006.

GROSSI, Miriam Pillar; RIAL, Carmen; TASSINARI, Antonella (Org.). *Ensino de antropologia no Brasil: Formação, práticas disciplinares e além-fronteiras*. Florianópolis: Nova Letra, 2006.

GUSMÃO, Neusa Maria M. Entrelugares: antropologia e educação no Brasil. *Revista Educação* v. 34, n1, p. 29-46, 2009.

MEUCCI, Simone. *Artesania da sociologia no Brasil: contribuições e interpretações de Gilberto Freyre*. Curitiba: Appris, 2015.

OLIVEIRA, Amurabi. O Ensino de Sociologia na Educação Básica brasileira: uma análise da produção do GT Ensino de Sociologia da SBS. *Teoria e Cultura*, v. 11, n. 1, p. 1-14, 2016.

\_\_\_\_\_. O Lugar da Antropologia na Formação Docente: um olhar a partir das Escolas Normais, *Pro-Posições*, v. 24, n. 2, p. 27-40, 2013a.

\_\_\_\_\_. Sobre o Lugar da Educação na Antropologia Brasileira. *Temas em Educação*, v. 24 n. 1, p.40-50, 2015.

OLIVEIRA, Amurabi; BOIN, Felipe; BÚRIGO, Beatriz. A Antropologia, os Antropólogos e a Educação no Brasil. *Revista Antropológicas*, v. 27, n. 2, p. 21-44, 2016.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Sobre o Pensamento Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

PEIRANO, Mariza. A antropologia como ciência social no Brasil. *Etnográfica*, v. 4, n2, p. 219-232, 2000.

\_\_\_\_\_. *A Teoria Vivida: e outros ensaios de antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SANABRIA, Guillermo Vega. *O Ensino de Antropologia no Brasil: um estudo sobre as formas institucionalizadas de transmissão da cultura*. Mestrado (Antropologia Social). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

TAVARES, Fátima, GUEDES, Simoni Lahud, CARUSO, Carlos. *Experiências de Ensino e Prática em Antropologia no Brasil*; Brasília- DF; Ícone Gráfica e Editora, 2010

*Recebido em: 03 de maio de 2017*

*Aceito em: 23 de abril de 2017*